

## **ANÁLISE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE (PELC): O OLHAR DOS AGENTES SOCIAIS**

Andréa Nascimento Ewerton  
Hélder Isayama Ferreira

### **RESUMO**

Esse projeto tem como objeto a formação profissional dos agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, implementado pelo Ministério do Esporte. O interesse nos estudos sobre essa temática reside na necessidade de explicar como os agentes percebem os impactos, os limites e as possibilidades da formação profissional realizada pelo Programa. A pesquisa bibliográfica visa a aprofundar o entendimento sobre os conceitos de formação do Programa, que somada à pesquisa documental e de campo, possibilitará entender a coerência entre o projeto de formação proposto pelo Programa e a prática de formação por ele implementada.

Palavras Chaves- Política Pública, Formação Profissional, Esporte e Lazer.

### **RESUMEN**

Este proyecto se centra en la formación profesional de los agentes sociales del deporte y recreación que hacen parte del Programa Deporte y Recreación de la Ciudad, ejecutado del Ministerio del Deporte. El interés en los estudios sobre esa temática en las políticas públicas de recreación, reside en la necesidad de explicar cómo los agentes perciben los efectos, los límites y las posibilidades de la formación profesional realizado por el Programa. La investigación bibliográfica, tiene por objeto profundizarse en la comprensión de los conceptos de formación del Programa, que añadido a la investigación documental y de campo, posibilitará entender la coherencia del proyecto así propuesto por el Programa y la práctica por él implementada.

Palabras claves- Política de Pública, formación profesional, Deporte y recreación.

### **ABSTRACT**

This research project, focuses the social agent training of sport and leisure from the Sports and Leisure of the City Program, implemented by in Ministry of Sport. The interest in studies on this topic in public policies for leisure, is on the need to explain how the agents feel the impacts, the limits and possibilities of training conducted by the Program. The research literature on the theoretical models for the analysis of Public Policy, aims to deepen the understanding the concepts about formation of the Sports and Recreation of the City Program, which added to documentary and field research , will understand the coherence between the proposed training project by the Program and practice training implemented.

Keywords- Policy Public, professional education, Sports and Leisure.

Meu envolvimento com o tema de Políticas Públicas de Esporte e Lazer começa a partir de 1997, quando iniciei a participação em gestão pública, primeiramente na área

do esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Belém no Pará. Lá coordenando setor de esporte educacional, participei entre 1997 e 2003 da formulação e implementação de diversos programas e projetos, envolvendo ações ligadas à atuação e formação profissional em esporte e lazer.

Ainda na Gestão Municipal em Belém, no ano de 2002, passei a coordenar a equipe técnica do ensino fundamental; essa experiência marcou minha aproximação com a Educação Popular<sup>1</sup>, concepção pedagógica que orientou a implantação da Proposta Política Pedagógica denominada “Escola Cabana”<sup>2</sup>, deflagrando um processo de reorientação curricular na Política Educacional de Belém.

Essas experiências em gestão levaram-me à possibilidade de participar da gestão pública na esfera federal. Participei então da equipe de transição governamental em 2002, responsável pela estruturação e elaboração do Projeto para criação do Ministério do Esporte, e até julho de 2008, integrei a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, como Diretora de Políticas Sociais de Esporte e Lazer. Dentre minhas atribuições estava a coordenação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, na ação de funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer.

Tais experiências despertaram a necessidade de ampliar conhecimentos acerca de Políticas Públicas, com vista a qualificar minha atuação profissional, levando-me através do curso de Mestrado na UFMG, traçar um caminho acadêmico que possibilitasse um processo de reflexão a partir da ação, reflexão e ação.

Ao iniciar esse percurso acadêmico, busquei compreender melhor a construção teórica acerca de Políticas Públicas, percebendo então que são crescentes os estudos sobre o tema no Brasil, com ênfase no processo de formação de agendas, formulação, implementação e, mais, recentemente, avaliação das políticas. Esses estudos relacionam a idéia de políticas públicas ao processo mais amplo de democratização, cuja ênfase é dada à relação do Estado com a sociedade e com o mercado, bem como conduzem o debate para o campo da atuação efetiva do Estado, no que se refere à sua capacidade de responder com eficiência às demandas da sociedade.

Partindo da idéia de Política Pública e sua relação com a sociedade, busco refletir com Marcellino (2003) quando diz que é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação em Políticas Públicas, acreditando que tal processo qualifica a intervenção desses quadros, levando-os a contribuir na reflexão crítica da própria população, no sentido da reversão de suas expectativas, podendo com isso, aprimorar a demanda por serviços públicos.

Aponto como relevante o estudo da formação profissional em esporte e lazer, considerando que esse tema vem ganhando espaço no meio acadêmico, bem como no âmbito das políticas públicas vigentes, e tem se constituído como um eixo privilegiado de intervenção e análise.

Os estudos sobre Política Pública a compreendem em etapas (formação de agenda, tomada de decisão, formulação, implementação e avaliação). Pelo tempo previsto para realização dessa pesquisa se faz necessário definir recorte para análise;

---

<sup>1</sup> Como referência para Educação Popular ver Paulo Freire, com várias obras publicadas sobre esse tema entre elas, *Pedagogia da Autonomia* (1996). *Pedagogia do Oprimido* (1987).

<sup>2</sup> Nomenclatura da Proposta Política Pedagógica da Educação Municipal em homenagem ao movimento revolucionário de tomada do Poder no estado do Pará, dos cabanos-negros, índios que assumiram a província de Belém.

sendo assim, pelo meu envolvimento muito intenso na etapa de formulação dessa política pública (Programa Esporte e Lazer da Cidade), o que poderia dificultar o processo de distanciamento do objeto, faço a opção de delimitar, nesse estudo, a etapa de implementação dessa Política Pública, com foco na formação profissional dos agentes sociais de esporte e lazer.

O foco da análise na etapa de implementação de Políticas Públicas justifica-se também pelo pouco conhecimento acumulado sobre os aspectos organizacionais, institucionais e comportamentais que estruturam o contexto dessa etapa, quer se trate dos atores, quer das agências implementadoras. É essa constatação que torna o estudo dessa etapa uma temática relevante e instigante de investigação.

Até a década de 70, os estudiosos eram cautelosos em analisar a implementação e não se dispunham a tratar os complexos aspectos que configuram essa etapa da política pública, dando maior ênfase às outras etapas. O estudo de implementação tem se tornado importante na literatura relativa às políticas públicas, em função do reconhecimento da existência de duas ordens de questões intimamente relacionadas. Verifica-se que, raramente, uma política é implementada de acordo com o que foi objeto de planejamento e de formulação inicial, e conseqüentemente, os governos enfrentam grandes limitações para tornarem efetivas as políticas que formulam. (SIMAN, 2005).

Com isso, faz-se necessário ampliar estudos para analisar as causas da recorrência de problemas que surgem durante a implementação e que causam impactos nos resultados dos programas. Esses problemas podem ser agrupados em componentes e/ou dimensões: institucional, organizacional e ambiental.

Levando em conta esses componentes apontados por Siman (2005) o debate que proponho traçar nesse estudo, buscará compreender teoricamente o processo de implementação da Formação dos Agentes Sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, a partir das abordagens analíticas da Ciência Política<sup>3</sup>.

Sendo assim, algumas questões se apresentam para a realização desse estudo: De que maneira é desenvolvida a proposta de formação profissional no Programa Esporte e Lazer da Cidade? Qual o olhar dos agentes sociais do PELC sobre a proposta de formação profissional?

Diante dessas questões, aponto como objetivos deste estudo: Analisar a proposta de formação do PELC, sob o olhar dos agentes sociais, a partir da compreensão deles acerca de alguns aspectos, tais como: os conteúdos das formações; a relação entre os módulos de formação e o desenvolvimento das atividades, a visão de esporte e lazer, a visão de Políticas Públicas, a relação teoria e prática.

Para aprofundar teoricamente os aspectos da Política Pública parto nesse estudo das abordagens de análise de Políticas Públicas, contextualizando a pesquisa a partir das seguintes abordagens de análise - institucional, processo, racional, incrementalista, teoria de grupos e teoria dos sistemas (SIMAN, 2005) pelo fato de perceber nesses modelos, instrumentos que colaboram para a compreensão analítica com vista a qualificar o processo de investigação sobre Política Pública.

Esses modelos teóricos são desenvolvidos pela ciência política e, através de estudos empíricos, tem procurado explicar o processo que envolve a transformação de idéias em ação de governo. Os cientistas políticos trabalham numa perspectiva crítica

---

<sup>3</sup>Dentre os autores que utilizarei para buscar aprofundamento das abordagens analíticas da Ciência Política destaco; Coimbra (1987), Siman (2005), DYE (1976)

em face aos modelos teóricos sem necessariamente, abandoná-los em suas análises. É possível abstrair de cada um deles conceitos e variáveis que, juntos, formam um instrumento de análise de políticas públicas.

Concordo com Dye (1976) quando inclui a análise da Política Pública tanto as ações de governo (entendida como as intenções definidas por ele), como também a não-ação do governo (aquilo que ele escolhe não fazer) já que tanto ação, como a não-ação governamental podem ter impacto sobre a sociedade.

Vários estudiosos, dentre eles Przerworski (1995) e Dye (1972), trabalham com a idéia de Políticas públicas como conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores pelo Estado para a sociedade que expressam a capacidade do governo em realizar as preferências dos cidadãos. Nesse sentido, os governos devem ser agentes do público e a ação do Estado torna-se condição necessária, como suporte institucional, para a busca da justiça social.

Justiça Social, traduzida em termos de um compromisso com os direitos sociais dos indivíduos concebidos como cidadãos. Elas envolvem tanto uma decisão política, quanto requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para programar as decisões tomadas e isso implica escolher dentre várias alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis para alcançá-los (RUA, 1997).

Como demanda do atendimento de direitos sociais surge à compreensão de “Políticas Sociais” como uma esfera da Política Pública, sendo essa de natureza participativa no sentido da acessibilidade, da negociação de interesses públicos e pactos sociais, envolvendo atores sociais e gestores de diferentes setores empenhados na conquista de direitos dos cidadãos expressos na Constituição Brasileira.

As políticas sociais, entendidas como ações de intervenção e de regulação universalistas que têm por objetivo promover o bem-estar dos cidadãos, tiveram início com a crise do modelo econômico fundamentado na perspectiva liberal que imperou até os anos 1930, surgem, portanto como estratégias necessárias ao estabelecimento da cidadania. (SIMAN, 2005).

Para Marshall (1967) cidadania é um conjunto de direitos que cada membro da sociedade goza, ou seja, é o status que garante aos indivíduos iguais direitos e deveres, liberdades e restrições, poderes responsabilidades. Esse conceito de cidadania refere-se aos chamados direitos sociais que vão desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social. As instituições mais intimamente ligadas a esse terceiro elemento são o sistema educacional e os serviços sociais.

As Políticas Sociais surgem, portanto no contexto da garantia de direitos sociais com a perspectiva de reduzir os excessos de desigualdade resultantes do modelo de acumulação capitalista traduzidos pelo mercado, e garantir o mínimo de bem-estar para todos. Essa relação com os direitos sociais traz a Política Social como obrigação permanente do Estado de caráter universal ou focalizada, destinada a compensar o mal estar, os custos sociais e os efeitos perversos desse modelo societário.

Para Menicucci (2006, p.140) “A Emergência dos Direitos Sociais tem como consequência a responsabilidade do poder público por meio da garantia e da provisão de Políticas Sociais, entendidas como aquelas capazes de garantir o bem estar de todos os cidadãos”.

Para situar Políticas Sociais nesse contexto de garantia de direitos, de enfrentamento e de alento aos efeitos do modelo capitalista destaco o pensamento de Draibe (1990) quando nos diz que, se por um lado, as políticas econômicas visam

regular e estimular o crescimento econômico, por outro, as políticas sociais buscam equacionar e resolver os problemas sociais decorrentes do modo de desenvolvimento econômico estabelecido em cada país.

Grande parte dos estudos analíticos referentes à Política Social tem caráter funcionalista e descritivo e para superação dessa condição apontam como necessária a mudança do modelo neoliberal de crescimento, destacando a adoção de soluções sustentáveis; o abandono do predomínio do individualismo; a organização democrática radical da sociedade e o multiculturalismo.

No contexto de Políticas Sociais apresentam-se então as Políticas Públicas Setoriais de Esporte e Lazer, partindo dos preceitos constitucionais, e outros aparatos legais reafirmam a importância desses como direitos sociais<sup>4</sup>.

O Direito ao lazer começou a se delinear com o advento da sociedade industrial, que sedimenta a divisão entre trabalho/tempo livre e se torna complexa no século XX, em meio ao percurso de consolidação do Estado de Bem-Estar Social. O direito ao esporte encontra-se imbricado na construção social do direito ao lazer e ao tempo livre (LINHALES, 1996).

Vale destacar dentre as peças legais apontadas, a Constituição de 1988, no Art. 6º define o Lazer como direito social e no Art. 217º define que o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social, contudo essa definição de direito não veio acompanhada de arcabouço legal tanto para definição de diretrizes, princípios e objetivos, quanto para definição de mecanismos e regras institucionais para efetivação desse direito, levando então que as práticas sejam levadas de acordo com as gestões locais (MENICUCCI, 2008).

Porém importa perceber que apesar dessa construção social imbricada, há convergências e divergências das Políticas Setoriais de Esporte e Lazer, identificando entre elas proximidade e distanciamento, falo isso por entender que em muitas experiências as Políticas de lazer vêm no bojo das Políticas de Esporte, sendo, portanto imprescindível construir políticas públicas de lazer para além da mera identificação do esporte enquanto uma de suas funções, com vista a não incorrer num vazio na diversidade de possibilidades do lazer, reduzindo-se aos interesses físicos<sup>5</sup>.

Contudo, problematizar o esporte como uma política social pressupõe a compreensão dos meandros relativos ao seu processo de universalização e institucionalização no mundo moderno, em que a presença do Estado se destaca de maneira relevante durante sua trajetória. O esporte é utilizado como atividade meio ou como atividade complementar em políticas educacionais e de saúde, por exemplo, em que o que se busca legitimar é o direito à Educação ou à Saúde (LINHALES, 1996).

Mesmo considerando uma ampliação de políticas públicas de esporte e lazer da década de 90 até os dias de hoje, vale destacar a preocupação apontada por Marcellino (1996). O Autor indica que o lazer vem ganhando importância como problema social e como objeto de reivindicação, ligado à qualidade de vida nas cidades.

No entanto, essa crescente valorização não vem sendo acompanhada na mesma proporção por ações do poder público, pois o esporte e Lazer ainda são tratados como

---

<sup>4</sup> Art. 217 da Constituição Brasileira; Lei 8.069/1990-Estatuto da Criança e Adolescente; Lei 8.080-lazer como fator determinante da saúde de toda população; Lei 10.216-que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência; Lei 9.394-PCNs/2000).

<sup>5</sup> Ver em MARCELLINO (1996) essa classificação dos Interesses Culturais do Lazer: artísticos, manuais, intelectuais, sociais, físico, turísticos.

secundários, contando com orçamentos absolutamente ínfimos e muitas vezes reduzindo-se a Programas e projetos de eventos e espetáculos esporádicos ou a mera distribuição de materiais esportivos.

Além disso, a falta de parâmetros para nortear essas ações ocasiona geralmente à má utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos dificultando o avanço de políticas públicas de esporte e lazer.

Para Requixa (1980) o desenvolvimento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer deve considerar algumas diretrizes: a ordenação do espaço, a reordenação do tempo e a política de recursos humanos, onde estão incluídas a política de animação (operacionalização dos recursos físicos, das áreas de lazer, dos equipamentos e das instalações, além da criação e aplicação de atividades) e a formação e qualificação dos quadros para atuação (trata do desenvolvimento dos quadros através de programas de formação básica, de capacitação, e de aperfeiçoamentos contínuos para as várias funções no âmbito do lazer).

Faz-se necessário compreender que as concepções de lazer e de esporte com os quais dialogarei para compreensão dessas políticas, estão alicerçadas nos saberes construídos nesse campo de conhecimento nas últimas décadas. Essas discussões vêm ganhando expressão através da organização de grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação e um significativo aumento de produções acadêmicas sobre o tema, aliado a isso a crescente organização de setores específicos nas gestões públicas quer seja na esfera, municipal, estadual e federal.

Exemplificando a organização de setores específicos podemos citar na esfera federal a criação do Ministério do Esporte (ME), que apresenta missão, programas e ações, baseando-se no amparo legal na própria Constituição Brasileira de 1988, que assegura no art. 217- do Dever do Estado e Direito da População ao Esporte e ao Lazer.

A Política Nacional do Esporte, lançada pelo ME em 2005, como resultado na I Conferência Nacional do Esporte, descreve os papéis do Esporte e do Lazer no mundo contemporâneo, destacando sua importância como instância de emancipação e desenvolvimento humano (BRASIL, 2005).

As Propostas de Políticas Públicas de esporte e lazer também aparecem como resultado na II Conferência Nacional de Esporte, aprovando uma Resolução de Criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, que entre outros aspectos destaca o papel do lazer nesse sistema em construção, o caráter multidisciplinar e multiprofissional dessas Políticas, a importância do debate acerca de uma proposta de formação dos recursos humanos desse sistema em construção.

Entendo que uma política pública de lazer não pode ficar resumida a uma política de atividades, muitas vezes marcadas por eventos isolados. Por isso a necessidade de articular a questão do esporte e lazer com políticas de redução de jornada de trabalho sem redução de salário, com políticas de transporte, de espaços e equipamento, de moradia, não sendo tratados de forma isolada de outras questões sociais.

Dialogando com essa premissa a formação e o desenvolvimento de quadros para atuação profissional no campo se torna fundamental e nesse sentido deve envolver conteúdos como esporte, turismo, artes, e avaliar sua vinculação com a saúde, a cultura, a educação, bem com abranger voluntários e profissionais.

O voluntariado não pode assumir o campo de atuação profissional e nem ser visto como uma alternativa de mão de obra “barata”, e isso se faz imprescindível a

formação continuada nos aspectos específicos e gerais de uma política de esporte e lazer.

Tanto para os profissionais e como para os voluntários a ação que deve ser buscada é de educador e não mercador, que para Marcellino (2001) deve incluir: Processos de seleção em consonância com os valores que regem as Políticas Públicas; Fases de sensibilização aos valores norteadores da política; Cursos de formação e desenvolvimento- que incluam teoria do lazer e do esporte, significado e valores de políticas públicas em geral e na área, técnicas e processos de formação de multiplicadores, planejamento e repertório de projetos e atividades; Reuniões técnico-pedagógicas periódicas; Intercâmbios- estágios, participação e congressos, grupos de discussão, organizações profissionais e científicas.

Para Marcellino (1995) a formação profissional em lazer deve levar em conta uma compreensão ampliada de lazer, em termos de conteúdos, atitudes, e valores que propiciem aspectos educativos, possibilidades de mobilização popular e de participação cultural, além de considerar as barreiras socioculturais tanto intra-classes como inter-classes, destacando que a atuação profissional no campo do lazer deve se dá em equipes pluri, multidisciplinares, buscando um trabalho interdisciplinar. Deve preceder de engajamento dos profissionais em grupos, com vistas a promover intercâmbio de experiências e movimentos amplos com objetivo de superar o puro consumo de atividades alienantes, para preenchimento do tempo livre e oportunizar uma efetiva participação cultural.

A Atuação profissional desses agentes, portanto dar-se-á no campo da educação não formal, bem como no campo da política pública, ambos na perspectiva de oportunizar o atendimento comunitário de democratização do acesso a práticas sociais de esporte e lazer.

Para atender a esses apontamentos acerca da formação profissional importa observar que o processo de seleção e desenvolvimento deve levar em conta a área de atuação (lazer e esporte em sentido abrangente), mas é fundamental a ênfase no significado da Política Pública que orienta os formuladores da mesma, que dão base de sustentação a política setorial da área e da necessidade de relação com outras áreas setoriais (MARCELINO, 2007).

A Relação entre os agentes e sua formação segundo Isayama (2003) deve ocorrer de tal maneira que os possibilite a construção de saberes comprometidos com valores de uma sociedade democrática, desperte a compreensão do papel social de educar pelo e para o lazer; ao domínio dos conteúdos que devem ser socializados a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares e por fim, ao conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento de práticas pedagógicas e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas.

Partindo desses referenciais teóricos proponho nesse estudo analisar uma Política Pública, para tanto importa conhecer um pouco do Programa objeto dessa Pesquisa.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte, criado em 2003 como ação guarda chuva da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer implantada com o papel de fomentar políticas públicas de lazer, na dimensão do acesso, busca democratizar o lazer como direito social, assim como o fomentar e difundir a produção científica e tecnológica da área do esporte e lazer.

O Programa desde então vem sendo implementado através de parcerias com governos municipais, estaduais, organizações não governamentais e universidades,

surge com o desafio de elaborar e fomentar Políticas Públicas de Esporte Recreativo e Lazer e destacar o Ministério do Esporte como protagonista na formulação de Políticas Públicas de Lazer.

Os objetivos propostos para o PELC são: articular ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos de esporte recreativo e de lazer; difundir a cultura do lazer através do fomento a eventos de lazer construído e realizado de forma participativa com a comunidade; promover a formação permanente dos agentes sociais de esporte e lazer (professores, estudantes, educadores sociais/comunitários), gestores e demais profissionais de áreas afins envolvidos no programa; fomentar a ressignificação de espaços esportivos e de lazer que atendam às características das políticas sociais de Esporte e Lazer implementadas e que respeitem a identidade esportiva e cultural local/regional; orientar a estruturação e condução de suas políticas públicas de esporte e lazer nos poderes públicos municipais e estaduais. (Documento de Orientação para Implementação do PELC).<sup>6</sup>

O programa em sua formulação aponta dentre seus princípios: a reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; o esporte e o lazer como direito de cada um e dever do estado; a universalização e inclusão social; a democratização da gestão e da participação. Descreve algumas diretrizes como a auto-organização comunitária; o trabalho coletivo; a intergeracionalidade; o fomento e difusão da cultura local; o respeito à diversidade; a intersetorialidade. (Documento de Orientação para Implementação do PELC) <sup>7</sup>

O Programa visa garantir o lazer como direito social somado a outros, tendo em vista à inclusão e emancipação do cidadão, bem como o Esporte é entendido na sua dimensão recreativa, de participação ou de lazer, manifestação cultural esportiva, despojada de sentido performático. Além disso, apresenta-se como possibilidade de ser vivenciado sob sua forma prática, bem como na forma de fruição do espetáculo, expressão de festa e de alegria.

Percebendo que os conceitos de esporte e de lazer, apontam-se como dimensão da cultura, o programa dialoga com a compreensão de (CHAUÍ, 1985) que identifica cultura em seu sentido amplo, como modo que os homens imprimem na realidade suas idéias, seus sentimentos, seus temores, suas esperanças suas práticas de controle sobre o mundo natural e sobre a existência social.

Este Programa procura destacar os agentes sociais de esporte e de lazer como protagonistas no planejamento e efetivação das ações pautadas no princípio da gestão participativa. Esses agentes são: professores de educação física, educadores populares e comunitários, profissionais de áreas afins ao lazer, lideranças comunitárias, produtores culturais locais, capoeiristas, bailarinos, artistas plásticos, músicos, atores, entre outros envolvidos sujeitos diretamente na execução do programa.

Observa-se uma diversidade de agentes envolvidos no PELC, e nesse caso o perfil e a formação destes agentes devem atender as características e realidades locais. Por isso o programa aponta como indispensável à formação em serviço, com vista à qualificação das ações desenvolvidas.

---

<sup>6</sup> Disponível em: < [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br) > acesso em 10 de fevereiro de 2008

<sup>7</sup> idem

Os agentes atuam nos núcleos<sup>8</sup> de esporte e lazer, buscando a ressignificação dos espaços existentes, bem como a utilização de espaços alternativos de lazer com vistas a levar a comunidade à auto-organização na conquista de equipamentos de lazer.

Segundo o Documento de Orientações para implementação do PELC<sup>9</sup>, as atividades a serem desenvolvidas pelos agentes nos núcleos devem ser organizadas sob a forma de oficinas que podem ter caráter permanente e/ou caráter rotativa de acordo com as características e interesses da comunidade. Os núcleos devem, com a mesma importância, organizar e consolidar a realização de eventos de lazer, ou seja, aquelas atividades previstas em dias e horários estabelecidos em função de datas comemorativas institucionais, períodos de ciclos culturais, junto ao processo regular de organização dos Núcleos.

Em 2007, foi instituído o Sistema de Formação dos agentes sociais do PELC apontando este como resultado de quatro anos de experiência da SNDEL no desenvolvimento da ação de formação de agentes, abordando os conteúdos e as estratégias metodológicas necessárias para formação dos agentes sociais de esporte e lazer. O referido sistema apresenta para SNDEL o desafio de consolidar a formação como um pilar importante na estruturação do Programa enquanto política de estado.

A proposta de formação dos agentes apresentada no documento de Orientações para implementação do PELC, já citado nesse projeto, descreve que a formação deve ser realizada em Módulos, sendo:

Módulo Introdutório que tem os seguintes objetivos: conhecer e refletir sobre a realidade local (comunidade, cidade, região); apresentar princípios, diretrizes, objetivos e operacionalização do PELC aos agentes envolvidos; realizar dinâmicas de apresentação dos agentes; socializar o projeto básico aprovado pelo ministério; planejar as ações sistemáticas e assistemáticas do convênio; oportunizar aos agentes os conhecimentos básicos da concepção e das características fundantes do programa para a sua efetivação, bem como os instrumentos e possibilidades didático-metodológicas; destacar os princípios para o planejamento participativo com vistas a subsidiar a construção do projeto político pedagógico do PELC local.

Módulo de Aprofundamento /Formação em serviço (duração do convênio), que tem os seguintes objetivos: aprofundar os conceitos e conteúdos do lazer; planejar, de forma participativa, as atividades sistemáticas e assistemáticas nos núcleos; qualificar os registros: elaboração de texto, relato de experiência, relatórios, questionários, pesquisas de campo, instrumentos de avaliação etc.; abordar temas de interesse do coletivo envolvido, com vista à qualificação das atividades; desenvolver metodologias de avaliação processual das atividades, desempenho dos agentes e execução do convênio; sistematizar as experiências de formação em serviço desenvolvidas nos núcleos, com vistas à publicação e divulgação em nível nacional.

---

<sup>8</sup> Entendendo como núcleo os espaços de convivência social onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas nas cidades. As praças, as quadras, o salão paroquial e o campo de futebol em cada bairro são exemplos de espaços destinados aos núcleos. Nestes, as manifestações socioculturais, artísticas, intelectuais, físico-esportivas acontecem, tendo como princípio a gestão participativa e democrática.

<sup>9</sup> Disponível em: <[www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)>. Acesso em 10 de fevereiro. 2009.

Módulo de Avaliação, que tem os seguintes objetivos: Apresentação, por parte dos agentes, da síntese das realizações das atividades: relatos de experiências organizados pelos coordenadores e pelos agentes; Apresentação da síntese da atuação da instância de controle social e do grupo gestor; Aplicação de instrumento e avaliação: de resultado, de processo e de impacto; Planejamento de uma ação de impacto para encerramento do convênio; Construção coletiva de uma proposta de continuação desta política pública; Revisão sobre os conteúdos abordados pelo Programa a partir da necessidade dos agentes.

A Relação entre os três módulos implica a organização da formação em três fases, atendendo os princípios da educação popular, divididas apenas didaticamente, tendo sua operacionalização em permanente diálogo e inter-relação: estudo da realidade, para que estimule os agentes a conhecer e compreender a sua realidade e construir formas de superação e emancipação política e cultural, bem como partam para construção do conhecimento a partir da identificação dos saberes existente; organização do conhecimento, no sentido de buscar os saberes historicamente construídos para o diálogo com a realidade identificada; e aplicação do conhecimento, trazendo, à luz a realidade e os conhecimentos identificados, bem como, a forma de intervenção da atuação desse agente junto à comunidade.

O programa aponta que as formações sejam realizadas lançando mão das seguintes possibilidades metodológicas: visita monitorada aos locais de realização das atividades; construção de oficinas envolvendo a comunidade participante; vivências dos conteúdos abordados; exposição de filmes e documentários; leituras e produção de textos; estudos de caso.

Aponto assim a Formação dos Agentes Sociais do Programa Esporte e lazer da Cidade como objeto dessa pesquisa, vale destacar produções que estão sendo desenvolvidos sobre a temática. Dentre esses estudos destaco: Sampaio, Figueiredo, Dalmas, Alves, Behmoiras, Mustafá, Costa (2007) - “Formação de agentes sociais: os núcleos de esporte e lazer do Distrito Federal e Entorno”; Castellani Filho (2007) – “Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais”; Gualberto, Toledo, Lômeu (2007) – Processo de qualificação do animador cultural do Programa Esporte lazer da cidade – PELC. Nesse contexto, penso que o estudo que pretendo desenvolver pode contribuir com a produção que já vem sendo realizada sobre a temática sob diferentes enfoques, conforme descrito acima.

É importante indicar que uma investigação que se desafia a olhar cientificamente para limites e possibilidades, necessariamente baliza-se sobre duas categorias importantes: a realidade e a possibilidade, sendo que, segundo CHEPTULIN (1982), “a primeira é o que existe realmente e a segunda é o que se podem produzir quando as condições são propícias”.

Baseado em Luna (1999), para analisar a fase de implementação da Formação profissional dos agentes sociais do PELC, lançarei mão do método de pesquisa social de caráter qualitativo.

Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a pesquisa qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações; dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo. LAVILLE E DIONNE (1999).

É freqüente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada; sendo assim com essa opção metodológica buscarei identificar e compreender o processo de formação profissional do PELC, a partir do olhar dos agentes sociais.

Portanto, proponho fazer a investigação em lugares onde acontece a experiência de formação do PELC, analisando através da combinação da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e da pesquisa de campo, como se dá a proposta de formação profissional dos agentes sociais, levando em conta a realidade e as possibilidades identificadas, focando-se em estratégias com vista a permitir apreender o mundo social no qual o problema a ser investigado está inserido.

A pesquisa bibliográfica será realizada a partir do acervo das bibliotecas integradas da Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca da Universidade de Brasília e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, tendo como eixo principal, estudos analíticos de Políticas Públicas; formação profissional e esporte e lazer.

Visando a coleta de informações utilizarei a pesquisa documental, através da análise de materiais como: documentos oficiais do Programa disponibilizados de forma impressa e digitalizada, relatórios das formações disponibilizados pelas entidades selecionadas, relatórios de formação.

Para a Pesquisa de campo a técnica utilizada será a entrevista semi-estruturada que é entendida por Laville e Dionne (1999, p.178) como “uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”.

Visando definir a abrangência dessa pesquisa e aplicação dessas entrevistas, partirei das características de entidades responsáveis pela realização do Programa, identificando-as em estratos ou subgrupos diferenciados, para com isso aplicar a técnica de amostra por estrato, sendo essa uma “amostra probabilística cujos elementos são escolhidos aleatoriamente no interior de um estrato ou subgrupo, definido por uma ou mais características particulares”. LAVILLE e DIONNE (1999).

Portanto serão selecionadas três entidades com características diferentes, com vistas à triangulação dos dados analisados; uma ligada ao ensino superior, uma ao poder público municipal ou estadual e uma organização não governamental sem fins lucrativos com experiência de implementação consorciada entre diversos parceiros.

Feita essa seleção de entidades parceiras, e utilizando a mesma técnica, faz-se necessário definir quem são os sujeitos da pesquisa, optando assim pelos agentes sociais que desenvolvem a função de bolsistas, desempenhando as atividades junto a comunidades, bem como os agentes sociais que desenvolvem a função de gestor do programa.

Para tratamento das informações e dados coletados proponho nesse estudo utilizar a técnica de análise de conteúdos, que segundo BARDIN (1988) apresenta três fases: uma primeira chamada Pré-Análise, entendendo-a como organização propriamente dita, que busca construir um conjunto de categorias a partir de uma série de leituras em torno de unidades de significado, (aspectos comuns, inusitados, silêncios). Seguindo da Exploração do Material (categorizar e codificar o material), que consiste em sistematizar as decisões tomadas na fase anterior, tem por objetivo atingir uma representação dos conteúdos. Por fim a Nova Exploração do material, consistindo em reagrupamento dos dados e Interpretação, nessa fase os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdos*. Lisboa: Edições 70, 1988.  
BRASIL. *Política Nacional do Esporte*. Ministério do Esporte, 2005.

- CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, (Coleção educação física e esportes).
- CHAUI, Marilena (e outros). Política Cultural, 2ª Ed Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. Trad. leda Rita Cintra Ferraz. SP: Editora Alfa - Omega, 1982.
- ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PELC. Brasília/DF. Disponível em <[www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)> Acesso em: 10 de fevereiro de 2009.
- DYE, THOMAS R, Policy Analysis: What Governments do, why they do It, what Difference It Makes. University, Ala: University of Alabama Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. Models of politics: some help in thinking about public policy In Understanding Public policy, New Jersey: Prentice Hall, 1972.
- DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas In Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPLAN/IPEA, 1990.
- GUALBERTO. Claudio, TOLEDO. Leonardo, LÔMEU, L.M. (2007): Processo de qualificação do animador cultural do Programa Esporte lazer da cidade/PELC, In: ENAREL, XX, 2008, São Paulo, CD-ROM.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1996 (Coleção Literatura).
- ISAYAMA, Helder, LINHALES, Meily (Org). Sobre Lazer e Políticas-Maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizontes: Editora UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. Avaliação de políticas e políticas de avaliação. Questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LAVILLE, Christian: DIONNE, Jean. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre; Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LINHALES, Meily- A Trajetória Política do esporte no Brasil: Interesses envolvidos, setores excluídos: Dissertação de Mestrado, FAFICH/UFMG, 1996.
- MARSHALL, T.S. Cidadania, Classe social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: Uma Introdução. Campinas. SP: Autores Associados, 1996. (Coleção educação física e esportes).
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). Políticas Públicas de Lazer: Formação e desenvolvimento de pessoal. Curitiba, PR: Opus, 2007.
- \_\_\_\_\_. Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte. Campinas. SP: Papyrus, 2003.
- PRZEWORKSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Trad. Argelina C.Figueiredo e Pedro Paulo Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- REQUIXA, Renato. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos básicos. Washington, Indes/ BID, 1997. Mimeografado.
- SIMAN, Ângela. Políticas públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático: Tese de doutorado, FAFICH/UFMG, 2005.
- SUASSUNA, Dulce, AZEVEDO, A. A. Política e lazer: Interfaces e perspectivas. Brasília/DF: Thesaurus, 2007.

Andréa Nascimento Ewerton

Graduada em Educação Física, UEPA, professora da rede municipal /SEMEC e estadual de ensino em Belém do Pará /SEDUC. Mestranda em Lazer /UFMG

Hélder Isayama Ferreira

Doutor em Educação Física, UNICAMP, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador)

Endereço:

Qd 105 Lt 9/10 Residencial Parque das Águias Bloco C apt 703

Águas Claras Norte- Taguatinga/DF CEP 71.915-250

E-mail:

[anewerton3@yahoo.com.br](mailto:anewerton3@yahoo.com.br)

[helderisayama@yahoo.com.br](mailto:helderisayama@yahoo.com.br)

Recursos Tecnológicos necessários para exposição oral:

Computador e data-show